

Impasse leva Ulysses a ampliar em 14 dias os prazos da Constituinte

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — No último dia do prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral, as lideranças políticas na Constituinte viram-se diante de um impasse: não há entendimento dentro dos partidos e grupos, nem entre o Governo e seus aliados, que permita o início da próxima etapa dos trabalhos e, com o apoio dos demais líderes, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, ampliou em 14 dias os prazos da Constituinte. Os constituintes ganharam mais três dias para apresentar emendas, o Relator mais cinco e a Comissão de Sistematização teve aumentado de nove para 15 dias seu prazo para votar o substitutivo.

— Estamos fazendo isto com a finalidade de facilitar os acordos políticos na Constituinte, para dar condições regimentais a que haja entendimento e para que sejam resolvidas as questões controvertidas — explicou Ulysses Guimarães após uma reunião com todas as lideranças.

Segundo Ulysses, é preciso que se faça agora, antes de o projeto ir a plenário, "um esforço muito grande" de entendimento. Para ele, as grandes questões não são resolvidas no plenário, pois "o cochicho, as conversas nos corredores, em casa, na ante-sala, produzem frequentemente os melhores resultados".

Inicialmente contrário à ampliação dos prazos, Ulysses foi convencido por apelos diversos, incluindo o presidente do PFL, Marco Maciel, o Líder do PMDB



Ulysses comunica sua decisão a líderes e membros da Sistematização

no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e outras lideranças, além do Relator Bernardo Cabral e do Presidente da Sistematização, Afonso Arinos.

Para os dirigentes do PFL, a prorrogação será útil para que o partido se recomponha a partir da "recuperação" dos pefelistas que integram os diversos grupos da Constituinte. E consideram possível "vender" algumas propostas aos deputados que fazem parte dos blocos:

— Eles são respeitados nesses blocos e, através deles, poderemos influenciar mais sobre o próximo anteprojeto do que o pró-

prio PMDB. Afinal, nossa bancada de 134 é mais uniforme do que a do PMDB, que tem 300, porém dividida em grupos de 150 que se anulam um ao outro.

O adiamento também foi defendido por um dos principais negociadores dos últimos dias no eixo Palácio do Planalto-Constituinte, o Deputado Expedito Machado, um dos coordenadores do grupo "Centro Democrático". Segundo ele, um prazo maior para negociações é muito bom para o Governo, que adiará a apresentação de suas emendas sobre o sistema de governo para depois de novas conversações.

Os demais articuladores do Go-

verno na Constituinte também gostaram do adiamento. Em conversas informais, admitem que o adiamento favoreceu o seus interesses. O próprio Presidente José Sarney terá mais tempo para vencer um maior número de constituintes de que o sistema presidencialista é, na atual conjuntura, a melhor alternativa.

Apesar de acharem que o adiamento dos prazos pode ter por trás uma estratégia do Governo para ganhar tempo — diante da incerteza de ter maioria na Comissão de Sistematização para aprovar um regime presidencialista —, os partidos de esquerda na Constituinte concordaram com a medida. Na reunião com Ulysses, nenhum deles argumentou contra. Ele apresentou-lhes duas razões para a ampliação dos prazos: a necessidade de tempo para facilitar as negociações e o volume de emendas apresentadas. A concordância deve-se ao fato de que estes setores da Constituinte também não obtiveram, até agora, o consenso em torno de muitas matérias.

— O adiamento é uma faca de dois gumes. Pode facilitar as manobras do Governo, mas facilita também os nossos acordos — disse o Líder do PCdB, Haroldo Lima, admitindo que também há dificuldades de entendimento à esquerda.

Também apoiaram a medida o Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para quem ela "abre as portas de entendimentos".

Presidente da Assembleia diz que Sarney deseja evitar um confronto

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que o Presidente José Sarney não quer um confronto com a Constituinte, pois sabe que o confronto trará, qualquer que seja o resultado, "consequências que não são boas para o País". Segundo Ulysses, Sarney está disposto a conversar e trocar idéias com todos os constituintes.

— O propósito geral é de entendimento. Por isso, espero que cheguemos ao acordo — afirmou Ulysses.

Ao dizer que acredita na possibilidade de entendimento em torno da questão do sistema de Governo, Ulysses evitou entrar no mérito das propostas em discussão. "Já existem aí um ou dois

textos em torno dos quais as conversas se desenvolvem", comentou. Indagado sobre a proposta de presidencialismo que vem sendo patrocinada pelo Palácio do Planalto, o Presidente da Constituinte limitou-se a afirmar que esta é "uma das propostas que existem".

Apesar de os novos prazos de trabalho da Constituinte adiarem em 14 dias a chegada do anteprojeto ao plenário, Ulysses ainda acha possível a promulgação da nova Carta em 15 de novembro. Segundo ele, se o trabalho resultante da Comissão de Sistematização tiver o apoio da maioria, a votação poderá ser mais rápida.

De acordo com o novo cronograma, o projeto só começará a

ser votado pelo plenário no dia 2 de outubro, quando a Sistematização encerra seus trabalhos. A seguir, os novos prazos:

5 de setembro — último dia para a apresentação de emendas ao substitutivo.

6 de setembro — depois de votado no plenário da Comissão, o projeto volta ao Relator Bernardo Cabral.

16 de setembro — o Relator apresenta o substitutivo.

17 de setembro — publicação do substitutivo.

18 de setembro — projeto volta à Comissão de Sistematização para receber pedidos de destaque até o dia 20.

2 de outubro — o projeto vai ao plenário da Constituinte.

Maciel discute itens polêmicos com o Relator

BRASÍLIA — A proposta de se incluir no substitutivo de Constituição o sistema presidencialista foi exposta pelo Presidente nacional do PFL, Senador Marco Maciel, ao Relator Bernardo Cabral, numa reunião onde se discutiu ainda o capítulo referente à reforma agrária e estabilidade.

O Senador Marco Maciel e o Líder do Partido, Deputado José Lourenço, defenderam ainda soluções consensuais para os temas considerados polêmicos, mostrando ao Relator os avanços conseguidos nas reuniões interpartidárias.

O sistema presidencialista não é unânime na bancada do PFL, mas seus líderes acreditam que, se reforçados os poderes do Congresso, aumentem as chances de uma solução negociada que mantenha o atual sistema de Governo.

Bernardo Cabral já afirmou que manterá a proposta parlamentarista do Senador Afonso Arinos no substitutivo, mas elogiou a tentativa de negociação entre as forças que atuam na Constituinte. O Relator voltou a defender a dilatação do prazo para apresentação de emendas, autorizado pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em busca de consenso em torno das questões polêmicas.

Não houve, durante a reunião, nenhuma crítica severa ao substitutivo de Bernardo Cabral. O PFL demonstrou apenas suas preocupações com questões que considera "sensíveis", como a reforma agrária. A maioria dos Constituintes pefelistas defende o direito de defesa do proprietário nos casos de desapropriação de terras que estão cumprindo sua função social. Querem garantir ainda o pagamento em dinheiro pela desapropriação ao invés da indenização em títulos da Dívida Agrária.

A questão está dividindo os moderados. Eles já começam a ver na proposta de alteração nos prazos para que o Juiz fixe o parecer sobre a função social da terra uma fórmula aceitável.

A reunião durou pouco mais de uma hora e tratou ainda do capítulo das disposições transitórias. O PFL acredita na necessidade de adequações, principalmente porque pretende apoiar a emenda presidencialista, nos poderes da Câmara e do Senado.

Segundo o Relator Bernardo Cabral, o Senador Marco Maciel não adiantou o teor das emendas que o partido pretende apresentar ao substitutivo, mas Cabral saiu convencido de que pelo menor uma parcela do PFL vai adotar a emenda presidencialista.



'Grupo dos 32' prepara emendas próprias e trabalha no 'emendão'

Grupos não sabem se plenário vai respeitar acordo firmado

BRASÍLIA — A dúvida sobre o cumprimento, no plenário da Sistematização, dos acordos que estão sendo firmados entre o "Grupo dos 32" e o "Grupo Interpartidário", faz com que cada bloco produza emendas próprias em defesa de seus interesses, que serão apresentadas no último momento do novo prazo fixado pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Em conjunto, os grupos estão elaborando emendas comuns que serão subscritas pelos constituintes dos dois blocos.

Segundo a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — para quem o anteprojeto chegará à Sistematização 90 por cento negociado —, os dois grupos se comprometeram a apoiar o "emendão" que contera as propostas consensuais. Simultaneamente, cada um

dos grupos ou constituintes, individualmente, apresentarão emendas que serão motivos de pedidos de destaques para cada ponto do anteprojeto. Se os grupos conseguirem aprovar a emenda consensual, os pedidos de destaque serão retirados; caso contrário, os destaques são mantidos e disputa-se no voto a prevalência da proposta.

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) afirmou que os entendimentos estão se processando muito vagorosamente e praticamente não evoluíram. Esta é a mesma opinião do Líder do PTB, Gastone Righi, um dos que trabalham na elaboração de emendas defendidas pela ala "moderada" da Constituinte, integrada pela maioria dos integrantes do "Grupo dos 32". Segundo

ele, os "moderados", nesta fase, estão divididos em diversos grupos de trabalho, na tentativa de encontrar fórmulas de consenso. Ao final do prazo para a apresentação de emendas, deverão juntar-se para buscar a maioria, não só na Sistematização como também no plenário da Constituinte.

— Tudo vai depender do confronto entre as propostas que serão apresentadas pelos diversos grupos até o final do prazo para as emendas. Daí para a frente, só a maioria interessa — afirmou Righi.

O Vice-Líder do PT, José Genoíno, disse que o grande mérito dessas negociações é que cada grupo político decantará afinidades políticas e ideológicas.

— A negociação clarifica o que vai para o voto e o que será consensual.

Lourenço comanda batalha dentro do PFL

CRISTIANA MENDES LOBO

BRASÍLIA — Quando o Presidente José Sarney manifestou desejo de que seu mandato fosse de cinco anos, o trabalho maior de convencimento teve de ser feito dentro do PMDB, pois o PFL queria mais do que o próprio Presidente: seis anos. Agora, na luta pela continuação do sistema presidencialista de Governo, a batalha é diferente. Existem, no partido, parlamentaristas históricos, como o Senador Afonso Arinos.

Para garantir ao Governo o apoio do PFL ao presidencialismo, o Líder na Câmara, Deputado José Lourenço, transformou seu Gabinete — que é vizinho ao do presidencialista Ulysses Guima-

rães — num verdadeiro centro de ataque. Ali ele recebe parlamentaristas para convertê-los ao presidencialismo.

A prioridade, no momento, é para os 24 membros da Comissão de Sistematização. Lourenço garante que já tem assegurados 20 votos para a tese do Governo — entre novos presidencialistas está o Líder no Senado, Carlos Chiarelli.

— Só vou deixar o Afonso Arinos e a Sandra Cavalcanti de "recuerdos" — afirma o Deputado.

Lourenço refaz as contas, comemora as conquistas e ouve conselhos:

— Se me derem o Ministério da Previdência eu aprovo isso (o presidencialismo) com dois terços dos votos e qualquer momento

garantia o Deputado Luís Eduardo (BA).

Em resposta, Lourenço informa: "Já virei hoje mais de dez".

Sua tática foi revelada por um correligionário: "Se você já disse que é parlamentarista, lute pelo puro. Como vai dar uma fórmula mista, então você não aceita. E vota pelo presidencialismo".

No Gabinete, chega o Deputado Eraldo Tinoco (BA), com uma notícia:

— O Paulo Ramos fez agora um inflamado discurso pelo parlamentarismo.

Um pefelista retruca: "Deve estar querendo alguma coisinha".

Estão agora na mira de José Lourenço os Deputados José Lins (CE) e José Jorge (PE), parlamen-

taristas e membros da Comissão de Sistematização. Ele tentará convencê-los da necessidade de se aprovar o presidencialismo para fugir "a esta fórmula estranha que está surgindo".

Entre um telefonema e outro, ou numa conversa no canto da sala, ao pé do ouvido, Lourenço aproveita para descarregar chumbo contra o PMDB que, segundo ele, está patrocinando a tese do parlamentarismo.

— Peço ao PMDB que explique ao povo que a eleição direta que ele quer é para eleger um Presidente que não vai mandar nada. Quando ele chegar aqui, vai escolher um Deputado para ser Primeiro-Ministro, possivelmente o Doutor Ulysses, que é quem vai mandar em tudo.